

506, Rachel Vitor (jornal), 508, Renato Henrique (jornal), 509, Wilson Leite, 510, Zé da Lata, 511, Wilson Leite, 512, Fabio Santiago (jornal), 513, Renato Henrique (jornal), 514, Carlos Costa (jornal), 515, Wilson Leite

MÍRIAM LEITÃO

miriam.leitao@o Globo.com
 @miriamleitao



A política fiscal está sob ataque

A credibilidade da política econômica está sob ataque. São medidas sucessivas que vão aos poucos corroendo a confiança de que o rumo traçado será seguido. Só para ficar nos últimos acontecimentos: o governo e o Congresso aprovaram a antecipação de um gasto de R\$ 15 bilhões, a Fazenda aceita fazer uma negociação do Perse, com esperança de mitigar os danos, só que agora o parlamento quer elevar o custo da renúncia fiscal. Dependurar prefeituras no projeto de desoneração aumentou o custo do benefício fiscal e, além disso, tirou a ilusão da proposta que é estimulador de emprego. A Fazenda deu sinais positivos para a renegociação

da dívida dos estados, mas agora o Rio, que tem um histórico de mau comportamento fiscal, entrou no STF para suspender o pagamento. O Senado fez andar a PEC do quinquênio, que é uma barbaridade em todos os sentidos. A lista é grande, e os sinais vão se acumulando.

Não é conversa de mercado financeiro, mas a situação internacional piorou de fato. Em setembro do ano passado, integrantes da equipe econômica e do Banco Central que foram ao exterior voltaram com a seguinte informação: havia 85% de probabilidade de os juros americanos começarem a cair em março. Depois, aos poucos, os sinais do FED foram mudando. Haveria cinco cortes nos juros americanos e agora a dúvida é se haverá algum este ano.

O cálculo é que haveria uma forte desinflação americana, que a China exportaria produtos que derrubariam os preços, e que a desaceleração americana levaria ao corte de juros. Agora, o crescimento previsto nos Estados Unidos é de 2,7%, o desemprego e a inflação contrariaram expectativas, e o FED está sentando nos juros. A China tem enfrentado cada vez mais barreiras para suas exportações. Os carros elétricos chineses estão sob investigação na Europa e presidente Joe Biden já disse que os veículos chineses são uma ameaça. A questão é que o país asiático nunca saiu

completamente da crise imobiliária, e as empresas do setor reverteram seus investimentos para a indústria de carros elétricos na esperança de exportação.

E o que tem isso a ver com o Brasil? Estados Unidos, Japão e Europa representam 66% da dívida mundial. Quando eles mantêm juros mais altos do que normalmente praticavam (o Japão saiu do juro negativo), eles sugam a liquidez do mundo. Isso faz a questão fiscal voltar para o centro das atenções. Em qualquer país, a preocupação começa a ficar maior.

O problema não foi mudar a meta de resultado primário para os próximos anos. Foi ruim o momento da mudança porque havia muitos ruídos internos e externos. Mas a alteração já estava prevista pelo mercado financeiro. A questão é que está passando a ideia de que mesmo a atual meta não é para valer, e os políticos entenderam como espaço para gastar.

Quando a conjuntura internacional está mais instável, os erros custam mais caro em termos de saída de dólares e de juros futuros, por exemplo. Isso realmente o custo da dívida pode bater na inflação. Os preços estão sob controle.

Depois de atingir a meta no ano passado, o país está vendo a inflação descer devagar, ainda que a sensação de preços em alta tenha irritado o consumidor. Houve uma concentração de eleições no setor de alimentos no começo do ano. Ontem, por exemplo, saiu o IGP-M com uma subida de 0,33%, uma inversão de tendência, mas o acumulado no ano continua marcando deflação de 0,6%, e em 12 meses de -3,04%.

Só que a desaprovação da política anti-inflacionária foi entendida como sinal para intervenção em preço. De combustíveis, por exemplo. Ou como sinal de que é preciso encontrar medidas que compensem o mau humor do consumidor/eleitor.

O ataque do Congresso através de propostas que aumentam o gasto presente ou futuro, a conjuntura internacional mais complicada, a pressão em agradar o eleitor podem ter efeito exatamente inverso. Se existe algo que ficou provado nesses 30 anos da moeda Real é que o brasileiro não tolera inflação. Expansionismo de gasto e intervencionismo levam sim a mais inflação.

A política econômica de Haddad anunciada desde o começo é buscar o equilíbrio das contas públicas, depois de dez anos de déficit, e de uma política fiscal populista no último ano do governo passivo que deixou várias bombas para estourar. Não é fácil. Mas é mais difícil com tanta gente jogando contra.

ENTREVISTA

Robson Gonçalves / ECONOMISTA DA FGV

Especialista resalta que mesmo países preocupados com o déficit previdenciário têm carga tributária sobre o trabalho inferior à nossa

JOÃO SOBRINHO NETO (para saber mais sobre o entrevistado, veja a entrevista)

‘BRASIL É CAMPEÃO DE TRIBUTAÇÃO SOBRE A FOLHA’



BRASIL

Possível solução.

“A questão não é conseguir fontes de financiamento para a Previdência”, afirma Gonçalves

bem diferente. Os contratos de trabalho são, basicamente, matéria de Direito Civil. Então, os trabalhadores têm mais ou menos a mesma “proteção” que têm qualquer pessoa que assine um contrato. É claro que há aspectos próprios das relações de trabalho. Mas, via de regra, as relações trabalhistas nos EUA são bem mais *market oriented* (orientadas pelo mercado), como o próprio acesso à saúde, por exemplo.

O Brasil é um dos campeões de tributação sobre a folha? Sim, o Brasil é campeão de tributação sobre a folha de salários.

Qual é a saída para isso?

A questão no Brasil é conseguir fontes de financiamento para a Previdência. Assim, caso seja possível tributar outras atividades que não o emprego e, com isso, evitar o crescimento explosivo do déficit previdenciário, é possível desistir da oneração. Mesmo assim, o grande problema da Previdência é o regime dos funcionários públicos federais, muito mais do que o regime geral do INSS.

O economista e coordenador do curso de neurobusiness (aplicação da neurociência aos negócios) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Robson Gonçalves, avalia que a reoneração da folha de pagamento pode levar as empresas a buscarem saídas para compensar esses custos, precarizando ainda mais o mercado de trabalho, com terceirização ou aumento da informalidade. O governo obtive, no Supremo

Tribunal Federal (STF), liminar para suspender a desoneração da folha de 17 setores, que empregam mais de 9 milhões de pessoas. Com a desoneração, as empresas não deixam de pagar impostos: elas substituem a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha por um percentual sobre a receita bruta, de 1% a 4,5%.

Que impacto pode haver no mercado de trabalho se

houver a reoneração da folha de pagamento?

A reoneração da folha pode estimular ainda mais a precarização do mercado de trabalho (com terceirização e informalidade), caso não haja uma fiscalização atenta do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Já existe uma tendência forte à precarização do trabalho em razão dos muitos auxílios pagos pelo setor públi-

co. Muitos trabalhadores preferem não ter registro em carteira para poder ter direito a esses benefícios.

Na Europa, países como França e Alemanha estão preocupados com o mesmo problema previdenciário, mas ainda assim tributam menos o trabalho do que o Brasil...

Sim. Em países com alta tributação, como França e Itália, esse indicador é de 43%

e 52%, respectivamente, segundo indicadores da Organização das Nações Unidas (ONU). Países como Índia, segundo a mesma fonte, tributam a folha em cerca de 4%. Aqui, fica na ordem de 60%, na média nacional.

E como funciona nos Estados Unidos? Os EUA tributam a folha em menos de 9%. Mas a ideia de “direitos trabalhistas” lá é

Governo negocia acordo com municípios e empresas

Majoria iminente no STF abre janela para apresentação de propostas com compensações para o fim das desonerações

VERA MAGALHÃES

vera.magalhaes@o Globo.com

Simultaneamente à arguição da inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) da prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e da fixação da desoneração contribuinte previdenciária para municípios de até 156 mil habitantes, o Ministério da Fazenda abriu uma negociação com entidades ligadas aos municípios e com os setores empresariais antes beneficiados pela medida para encontrar um meio-termo. A negociação também envolveu sinalizações ao Congresso, sobretudo ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, para evitar que o clima beligerante cresça e ameace outras votações importantes.

Com os municípios, a negociação já está mais avançada, pois começou semanas antes. A proposta que está sendo burilada envolve a renegociação do passivo previdenciário das prefeituras, que tem alguma semelhança com a renegociação da dívida dos estados. Não se mexeria, portanto, na contribuição previdenciária daqui para a frente, até porque existe um entendimento, que o STF está prestes a chancelar por larga maioria, de que isso é inconstitucional à luz da Reforma da Previdência, aprovada em 2019.

PERÍODO DE TRANSIÇÃO Com as empresas, a ideia é sugerir um período de transição entre o atual modelo de desoneração de tributos federais sobre a folha de paga-



No Supremo. O pedido de vista do ministro Luiz Fux foi visto como uma tentativa de dar tempo para costurar um acordo

mento de 17 setores. O governo quer que esse período beneficie para além do fim deste ano, mas os termos de uma eventual medida ainda estão muito incipientes.

O governo avalia que a evidência de que o STF está

prestes a formar maioria que pierdita até encerrar a desoneração imediatamente favorece um acordo, uma vez que, até agora, as empresas estavam calçadas pelo Congresso de esten-

der o benefício até 2027.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os ministros do Planalto e Lula passaram o fim de semana no processo de tentar “distensionar” o ambiente com o Congresso, sobretudo com Pa-

checo, que foi quem mais externou contrariedade com a decisão de ir ao Supremo.

Interlocutores do Executivo também do presidente do Senado coincidem na avaliação de que não existe um clima de “dar o troco” no governo da parte da Casa. Assim, a ideia segundo a qual o Senado poderia derrubar o acordo selado na Câmara para o fim gradual do Perse, o programa que beneficia o setor de eventos, é vista como especulação por ambos os lados do debate.

O pedido de vista do ministro Luiz Fux adiou o desfecho definitivo da novela da desoneração, mas não deve ter o condão de evitar a derrota do Congresso, das empresas e dos municípios. O gesto do ministro foi visto como uma tentativa justamente de propiciar tempo para um acordo, mas setores do governo alertam que a manutenção de uma liminar, portanto monocrática e provisória, em um tema tão sério só reforça a insegurança jurídica para todos os interessados.

Indicadores Financeiros Excepcionalmente, a seção não é publicada hoje